



A POLÍTICA DE COTAS DA UEPG: DA IMPLANTAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Andreliza Cristina de Souza – UEPG
Mary Ângela Teixeira Brandalise – UEPG

Resumo: Este trabalho é oriundo de uma pesquisa de mestrado que objetivou realizar uma avaliação da efetividade da política de cotas da UEPG quanto ao favorecimento da ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes cotistas. Seu referencial teórico contemplou as discussões de Bourdieu sobre a teoria da violência simbólica e a reprodução das desigualdades; sobre a avaliação traz contribuições de Arretche, Dias Sobrinho e Afonso, autor este que propõe o estudo da avaliação sob o enfoque sociológico. A pesquisa foi qualitativa, do tipo estudo de caso, assentada na teoria crítica do conhecimento. Os instrumentos para a coleta de dados foram a entrevista e o questionário e para a análise destes utilizou-se a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. A análise documental e dos dados empíricos mostra que embora haja a tentativa de reprodução das desigualdades dentro da instituição existe o movimento de superação pelo viés da educação. A pesquisa permite afirmar que a política de cotas da UEPG, em alguns aspectos, é efetiva e esta avaliação confirma a importância do acompanhamento de políticas públicas como instrumento necessário para o exercício da democracia.

Palavras-chave: Política de cotas. Avaliação de política pública. Ampliação do acesso.

Introdução

Ao longo dos últimos anos o acesso à educação superior no Brasil vem sendo marcado pela grande concorrência nos concursos vestibulares, uma vez que os candidatos mais bem preparados conquistam as melhores oportunidades de ingresso em instituições públicas. A esse fato podem-se atribuir duas razões. A primeira é que os alunos que possuem maiores recursos financeiros para se preparar para os exames vestibulares acabam por dominar os cursos mais concorridos das universidades públicas. A segunda pode ser atribuída ao fato de que os alunos mais pobres, e que precisam trabalhar, muitas vezes sequer tentam uma vaga no ensino superior, perpetuando a tradição de que a universidade é somente para os ricos.

Desde a década de 1990 vem ocorrendo um leve crescimento no ingresso de estudantes negros e da classe trabalhadora nas universidades. Esse crescimento deve-se, em parte, à institucionalização por parte do Estado de ações afirmativas na área educacional. Muitas discussões têm sido travadas atualmente sobre políticas públicas para a educação, e as ações afirmativas para acesso ao ensino superior estão no alvo de estudos com os mais

diferentes enfoques. Muitos estudantes que não tinham condições de concorrer a uma vaga no ensino superior, por razões ligadas à etnia e/ou à classe social estão tendo a oportunidade de ingressar em universidades públicas, em inúmeros casos, graças às políticas afirmativas.

A política de cotas é um exemplo de ação afirmativa proposta pelo Estado, e tem o objetivo de elevar o número de alunos, oriundos de classes historicamente excluídas, no ensino superior. Nesse contexto, faz-se necessária uma democratização do ensino, possibilitando o fortalecimento do acesso e, principalmente, a permanência do estudante cotista nesse nível de ensino. Tais condições que são, muitas vezes, negadas pela realidade social dos estudantes, por necessidades como alimentação, transporte, moradia e aproveitamento educacional, tornam-se questões que inviabilizam a permanência de estudantes beneficiados por políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Nesse contexto surge a presente investigação que tem por objetivo principal avaliar a efetividade da política de cotas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG quanto ao favorecimento da ampliação do acesso ao ensino superior para estudantes negros oriundos de escolas de escolas públicas e estudantes oriundos de escolas públicas.

Este é um campo que, embora venha sendo amplamente discutido, ainda necessita de que sejam realizados estudos que venham a comprovar seu caráter inclusivo, em se tratando de tema tão polêmico. Este trabalho surge para esclarecer como acontece a reprodução das desigualdades, ao passo que mostra como o movimento de superação, através da política de cotas, vem obtendo êxito ao longo dos anos.

As desigualdades sociais e educacionais e a (auto) exclusão do sistema educacional

Para melhor compreender o papel que a reprodução das desigualdades adquire frente ao sistema social e educacional, recorre-se à teoria da violência simbólica.

Bourdieu pensou o sistema social como reprodução das desigualdades existentes, dentro do *loco* das concepções de campo, capital e poder simbólico. Ele explica como os diversos campos: científico, o político, o econômico, o acadêmico, o artístico, estão inseridos na sociedade.

Bourdieu explica que estes campos distintos podem ser definidos como um “[...] microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20), sendo que individualmente todos os campos têm as suas lutas, seus embates e seus envolvidos em particular. Os campos sofrem interferência uns dos outros, mesmo tendo certo grau de autonomia com relação à sociedade em geral. “[...] é um mundo social e, como tal, faz

imposições, solicitações etc, que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A educação, por sua vez, pode ser tomada como um campo próprio, no qual existem lutas e embates específicos, sendo que está inserida na sociedade e sofre as implicações de grupos sociais determinados. A questão do acesso à educação superior é um dos embates que ocorrem dentro do campo da educação, sendo a democratização do acesso discussão com grande relevância no momento atual.

Para Bourdieu, o sistema de ensino age para a perpetuação das diferenças entre classes, mostrando que os estudantes que obtêm os melhores resultados fazem parte das classes que ocupam os mais altos lugares na pirâmide social e econômica.

Muitos outros autores compartilham da concepção de Bourdieu, pois o sistema educacional favorece a conservação social, oferecendo melhores condições de ascensão a níveis mais elevados da sociedade àqueles que já são favorecidos economicamente. Dias Sobrinho (2011, p. 138) revela que as classes mais pobres têm em média cinco anos de escolaridade, contra dez das classes mais ricas, “[...] mais de 14 milhões de analfabetos adultos, com mais de 25 anos, são um símbolo persistente do tradicional descuido do Estado e da sociedade, relativamente ao cumprimento do princípio da equidade em prol da diminuição da desigualdade por meio da educação”.

Em geral, são poucos os alunos pobres que almejam o ingresso no ensino superior, pois historicamente os estudos universitários fazem parte da vida daqueles que não têm a necessidade de trabalhar para garantir seu sustento e de sua família. Em uma sociedade em que a educação superior é tida como um privilégio de poucos, a grande maioria dos estudantes abre mão do ‘sonho’ do ingresso em uma instituição de ensino superior em virtude da tradição histórica de exclusão.

No Brasil a maior parte das vagas em instituições públicas, principalmente as de cursos com concorrência mais elevada, são privilégio de estudantes provenientes de minorias abastadas, que dispõe de tempo para preparação, bem como tempo para dedicação durante a realização do curso. Mesmo quando a necessidade de melhores salários incita a realização de um curso superior, a rede privada de ensino superior é escolhida pelas maiorias, pois não representa grande concorrência em concursos vestibulares.

Quando alguns poucos alunos conseguem transpor as barreiras de classe e obtêm sucesso no sistema de ensino, acabam por dar crédito ao sistema excludente. Isso legitima o discurso de que ‘quem se esforça obtêm os melhores resultados’ e de que o sucesso é uma

questão de trabalho e dedicação. O indivíduo que sofre com as discriminações e que consegue ascender seu capital cultural acaba sendo a legitimação que o sistema de ensino precisa para manter as diferenças entre classes.

No entanto, Cury (1995, p. 28) explica que modificações na estrutura da sociedade são possíveis, mesmo frente às análises sociológicas feitas por Bourdieu, pois “se o capitalismo busca sua sistematização em termos de coerência e coesão, isso não quer dizer que exista como sistema acabado e fechado”. O autor explica que a reprodução das desigualdades busca sua coesão nas relações de produção, no entanto, o contrário também acontece, ou seja, as relações podem ser superadas, pois “[...] se as relações de produção se reproduzem e se ampliam, também as contradições se ampliam e se aprofundam, porque as relações de classe são contraditórias”.

É nesse movimento que surgem as lutas de classe e a implementação de políticas públicas como a de cotas. Para Cury (1995, p. 42) “a reprodução é uma categoria que se dá no interior de um movimento contraditório cujo sentido, ainda que busque confirmar antagonismos existentes, também os empurra para sua superação. Essa reprodução, pois não se dá de modo mecânico ou meramente reflexo”.

A política de cotas se caracteriza como uma possibilidade de superação das desigualdades. O sistema social tenta limitar essa superação, reproduzindo desigualdades de outras formas, no entanto, a política de cotas, mesmo fazendo parte de um sistema que sofre violência simbólica, contribui para a promoção de modificações na estrutura da pirâmide social e educacional, pois uma vez que proporciona a elevação dos níveis sociais, tais políticas abrem possibilidade para que aquelas pessoas que vivem em condições socioeconômicas menos favoráveis também sejam elevadas socialmente.

Avaliação: pressupostos filosóficos e epistemológicos

As pesquisas e estudos contemporâneos em avaliação vêm possibilitando a construção de novos saberes e a consolidação de um campo fundamental para o desenvolvimento da educação. Para compreender um processo avaliativo, no entanto, é primordial entender seus fundamentos enquanto ciência (aspectos filosóficos) e enquanto campo de produção de conhecimento (aspectos epistemológicos).

Grande parte da literatura sobre a avaliação está voltada para a aprendizagem do aluno e boa parte trata sobre técnicas avaliativas. No entanto, a avaliação não trata somente do

ensino e não se reduz somente às técnicas. Quando realizada de forma consciente a avaliação traz benefícios, tais como a compreensão sobre o objeto avaliado, aspectos que possibilitam o autorreconhecimento como superior aos demais objetos de sua natureza. A avaliação possibilita ainda o reconhecimento das fragilidades existentes, permitindo uma retomada dos objetivos iniciais e novas definições no processo de gestão (LEITE, 2005, p. 29).

Fernandes (2010) alerta que a avaliação não é um ato neutro, uma vez que sendo prática social carrega consigo questões éticas, políticas e sociais. Leite (2005) explica que é impossível realizar um ato avaliativo sem considerar pressupostos de ordem filosófica e as concepções de homem, de mundo e de sociedade que acompanham este ato. Assim, a avaliação constitui-se como um termo histórico e social, desde sua origem até suas diversas aplicações, pois toda postura avaliativa adotada, cada enfoque, representa o tipo de sociedade que ela quer servir.

Desafios teórico-metodológicos da avaliação de políticas educacionais evidenciam as permanentes transformações neste campo, que também sofre influências de acontecimentos nos níveis global, nacional e local, da redefinição dos quadros identitários (culturais, étnicos etc.) existente nos contextos políticos e sociais. (ESTEBAN; AFONSO, 2010).

Lüdke e Mediano (1994) afirmam que nos últimos anos os sociólogos começaram a perceber a necessidade em conhecer melhor o fenômeno da avaliação, o que permite conhecer os processos educativos e suas possibilidades. A autora explica que até recentemente a avaliação não havia recebido um tratamento dentro de uma perspectiva sociológica, o que pode permitir a produção de um conhecimento mais adequado sobre os mecanismos delicados que a avaliação envolve.

Afonso (2009, p. 15) explica que no campo da sociologia da educação existem duas formas para abordar a questão da avaliação. A primeira refere-se a um “[...] conjunto de referências e análises sobre avaliação, dispersas e fragmentadas em trabalhos cujo objeto genérico é a educação escolar [...]” que o autor designa de sociologia implícita da avaliação; a segunda, chamada pelo autor de sociologia explícita da avaliação, “[...] o resultado de diversos esforços teóricos e empíricos, intencionalmente estruturados em torno da avaliação enquanto objeto (exclusivo ou central) de investigação”.

A constituição de um campo específico para se pensar a avaliação não implica na constituição de outra sociologia, separada da sociologia da educação. Ao contrário, este novo espaço surge com o objetivo de dar visibilidade à avaliação no interior da sociologia da educação (AFONSO, 2009). Nessa perspectiva, caberá, então, à sociologia da avaliação

discutir “[...] a relação da avaliação com os processos de mudança social (mas também organizacional), bem como discutir a sua utilização enquanto suporte a processos de legitimação política e de regulação/desregulação, verificáveis em diferentes níveis sociais e institucionais” (AFONSO, 2009, p. 17).

Fernandes (2010) aponta que a evolução das abordagens avaliativas tem acompanhado a evolução das ciências sociais e educacionais, especialmente no tocante às bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas, o que outorga à avaliação abordagens inspiradas em pressupostos racionalistas/técnicos ou empírico-racionalistas e ainda perspectivas críticas ou sociocríticas.

Gatti (2009, p. 8) aponta que faz parte da avaliação sub-áreas, como por exemplo a avaliação institucional e a avaliação de programas. A autora esclarece que o campo da avaliação como um todo, em especial o de políticas públicas, é um campo relativamente novo no Brasil, e qualifica o campo como sujeito a críticas ideológicas, mostrando que a massa intelectual envolvida, embora ainda pequena, vem crescendo em função de programas avaliativos.

Frente aos processos de avaliação existentes, a avaliação educacional ou da aprendizagem e a avaliação institucional e de políticas públicas, todas trazem a educação como ponto primordial, mas tem diferenças em seus formatos (LEITE, 2005).

A avaliação institucional e de políticas públicas dedica-se a avaliar as instituições integralmente ou as políticas públicas, considerando a totalidade dos fatos, em seu caráter universal.

Draibe (2001, p. 18) defende que as pesquisas em avaliação propiciam novas direções e correções de políticas públicas, pois, “objetivos mais imediatos podem ainda impor-se à avaliação, tais como os de detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações, as quais possibilitem, por exemplo, corrigir os rumos do programa ou disseminar lições e aprendizagens”. Para que este fim se efetive, Arretche (2007) explica que os instrumentos de análise e avaliação devem ser adequados, pois os resultados da avaliação de uma política ou de um programa não devem ser confundidos com as opções pessoais do pesquisador. As avaliações, nessa perspectiva, requerem a relação entre os sujeitos, baseadas em princípios de responsabilidade, na experiência desses sujeitos concretos e nos processos de socialização. (DIAS SOBRINHO, 2003).

Na avaliação de políticas e programas é fundamental considerar o ciclo completo de sua existência, ou seja, da formulação, da implementação até a análise dos seus resultados,

efeitos e impactos nos sujeitos neles envolvidos. Fagundes e Moura (2009) destacam que a avaliação de políticas públicas implica considerar que a avaliação é produto do conhecimento humano, por isso sua utilização deve ser coerente na busca de transformações na implantação e implementação de políticas públicas.

Com intuito de destacar a relevância do processo avaliativo, Faria (2007) ressalta algumas especificidades da avaliação em políticas públicas, quanto à metodologia, finalidade e papel. Do ponto de vista metodológico a avaliação coleta, combina e compara os dados obtidos com os objetivos propostos pela política. Quanto à finalidade, a avaliação revela a eficácia/efetividade da política, sendo que a principal tarefa da avaliação é julgar e informar. Por fim, o papel da avaliação é aferir os méritos e deméritos da política avaliada, “[...] sua tarefa é *formativa*, permitindo a correção ou confirmação de rumos” (FARIA, 2007, p. 42).

Este trabalho realizou uma avaliação da *efetividade*, pois buscou identificar as políticas com propósitos de mudança. Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 114) explicam que esta avaliação “[...] toma por objetivo essencial de análise as mudanças pretendidas nas condições sociais”.

Draibe (2001) diz que a avaliação da eficiência combina os objetivos/metast atingidos com os impactos /efeitos gerados pela política e Arretche (2001) defende que uma avaliação não deve decidir pelo sucesso ou fracasso de uma política pública. Ao contrário, uma avaliação adequada deve investigar os pontos frágeis que levaram uma política a não atingir os objetivos previstos.

O estudo e avaliação de políticas públicas permitem observar a importância deste campo teórico acadêmico. Percebe-se a necessidade em se compreender o papel do Estado e da avaliação de políticas para melhoria das condições sociais e educacionais dos cidadãos, com vistas a sua participação em suas relações e vivências. O interesse em contribuir para a compreensão do processo de implantação e implementação de uma política é fundamental para se desvelar os resultados e impactos da política junto aos sujeitos envolvidos e por ela afetados.

Metodologia da pesquisa

O desenvolvimento de um trabalho científico implica sempre na escolha de um método e de uma metodologia que venha ao encontro das necessidades do pesquisador e da

pesquisa a ser realizada. Isso pressupõe escolhas políticas, epistemológicas e metodológicas de forma coerente e articulada.

Demo (1995, p. 90, grifo no original) acredita que “toda formação histórica **está sempre em transição**”, o que pressupõe a necessidade de uma visão intrinsecamente dinâmica da realidade e da sociedade. Dessa forma, compreende-se que o conhecimento é produzido durante o processo de interação entre sujeito e realidade, e que os produtos da ciência são os resultados destas inter-relações, partindo, principalmente, das práticas sociais dos sujeitos. Nesse contexto, o conhecimento é percebido como historicamente elaborado, por meio da reflexão, sobre o que se conseguiu atingir através dos tempos, considerando os resultados a que se chegou e das ações desencadeadas (PÁDUA, 2000).

Esta pesquisa, qualitativa do tipo estudo de caso, se justifica porque o estudo de caso é a uma das formas mais apropriadas para se examinar acontecimentos contemporâneos (YIN, 2005). Para o autor o estudo de caso tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões e o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

No estudo de caso avaliativo um único caso ou um conjunto de casos é estudado em profundidade com o propósito de fornecer aos atores informações que os auxiliem a julgar o mérito de políticas ou programas. O propósito deste tipo de estudo é fornecer aos atores envolvidos no processo avaliado (administradores, professores, pais, alunos etc.) as informações necessárias e/ou que o pesquisador julgue necessário que possam auxiliar no processo de implantação/recontextualização das políticas e programas.

Para analisar como foi o processo de implantação da política de cotas na UEPG neste trabalho realizou-se uma análise documental. Foi necessário um rigor metodológico neste processo, com o intuito de manter a fidelidade e ao mesmo tempo uma postura crítica frente aos documentos. Observa que neste tipo de pesquisa o pesquisador precisa seguir uma postura ética, priorizando a análise cuidadosa.

Com o intuito de realizar uma avaliação baseada na vivência dos sujeitos com a política de cotas, optou-se por envolver os estudantes cotistas e gestores institucionais, com objetivo de coletar informações sobre a política, sua abrangência e efetividade. O instrumento utilizado para coleta de dados junto aos estudantes foi o questionário com 10 questões abertas. Os questionários foram aplicados para turmas de terceira e quarta séries de onze cursos de graduação da instituição, sendo que um total de 166 estudantes cotistas participaram da

pesquisa. As respostas das questões 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10¹ do questionário foram analisadas segundo a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, proposto por Lefèvre e Lefèvre (2005a; 2005b). Os depoimentos dos acadêmicos cotistas trouxeram informações sobre:

- Adaptação dos estudantes ingressantes pela política de cotas;
- Posicionamento dos estudantes cotistas quanto à política de cotas;
- Ações que favorecem a permanência do estudante cotista no ensino superior;
- Sugestões de ações que favoreçam a permanência do estudante cotista no ensino superior;
- Democratização do acesso ao Ensino Superior através da política de cotas;
- Promoção da justiça social através da política de cotas;
- Promoção da igualdade através da política de cotas;
- Ingresso no ensino superior: com ou sem a política de cotas?

Foram realizadas também entrevistas com 7 gestores envolvidos na implantação e acompanhamento da implementação política de cotas. No roteiro de entrevista elaborado foram propostas 11 perguntas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, os depoimentos dos entrevistados foram agrupados por questão e as respostas foram tratadas e analisadas conforme a metodologia do DSC. As entrevistas buscavam informações sobre:

- O processo de implantação da política de cotas na UEPG;
- Ações de acompanhamento da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas para a permanência do estudante cotista no ensino superior;
- O posicionamento dos gestores sobre a política de cotas quanto à: democratização do acesso ao ensino superior, promoção da justiça social e redução das desigualdades.

O processo de implantação da política de cotas da UEPG

¹ A questão de número 1 e 9 não foram analisadas segundo a metodologia do DSC. A questão de número um solicitava ao estudante a forma de ingresso no ensino superior, e sua tabulação foi quantitativa, permitindo a identificação dos estudantes negros oriundos de escola pública e estudantes oriundos de escola pública. Na questão de número nove “*Há outros aspectos que você deseja comentar sobre a sua forma de ingresso na UEPG?*” apenas 44 dos 166 estudantes participantes realizaram comentários, razão pela qual ela não foi analisada.

As discussões oficiais sobre a política de cotas foram iniciadas na UEPG no ano de 2005. Foi apresentado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) o Processo nº 00421 em 17 de fevereiro de 2005, que trazia uma proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG para candidatos oriundos de escolas públicas e para aqueles que se autodeclarassem negros.

O documento inicialmente apresentado pela PROGRAD trazia uma proposta de reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG e propunha reserva de até 40% das vagas de cada curso de graduação para estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até 10% dessas vagas estariam destinadas a candidatos que autodeclarassem negros.

O CEPE determinou a ampliação da discussão sobre políticas afirmativas, e a partir disso foi constituído um grupo de trabalho, com intuito de oferecer maior esclarecimento para a comunidade universitária sobre a política de cotas, bem como promover momentos de discussão.

O grupo autodenominado *Grupo de Trabalho sobre Democratização do Acesso à Universidade Pública*, teve como conclusões do processo de discussões e amadurecimento sobre a implantação da política de cotas pela UEPG,

- Baixo percentual de participação interna a opinar sobre o tema, entre docentes, discentes e de funcionários técnico-administrativos;
- Pouco envolvimento de alguns Setores de Conhecimento e Departamentos da instituição, o que provocou uma carência de informações que prejudicou a consulta;
- Pouco retorno da comunidade externa (entidades representativas de classe, instituições educacionais e organizações não-governamentais) sobre seu posicionamento sobre a política de cotas;

O grupo de trabalho realizou uma análise sobre os momentos de discussões e constatou que a comunidade considerava plausível o fato de haver cotas para estudantes que estudaram em escola pública, por considerarem justo que candidatos ao vestibular concorressem somente com pessoas que tiveram as mesmas desvantagens no processo de ensino, mas não para estudantes negros.

A rejeição da comunidade frente às cotas para estudantes negros fez com que o grupo de trabalho apresentasse uma proposta alternativa: *vagas adicionais* para alunos autodeclarados negros. A justificativa para a proposição foi o fato de os candidatos pertencentes a esse grupo representarem menos de 5% dos inscritos no último vestibular realizado no ano de 2005 na instituição e que a criação de 5% a mais de vagas não chegaria a

inviabilizar os cursos e não geraria à comunidade branca sentimento de usurpação quando aos 'seus' direitos.

Finalmente, a resolução universitária nº 9 de 26 de abril de 2006 que aprova a reserva de vagas nos processos seletivos da UEPG para candidatos oriundos de instituições públicas e para aqueles que autodeclararem negros foi sancionada, com as seguintes definições:

- Reserva de 10% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino;
- Reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino que se autodeclararem negros;

O prazo fixado pela resolução para reserva de vagas foi definido em 8 anos, sendo que a cada ano os limites mínimos de vagas serão aumentados para cada cota, em:

- 5% a cada ano para estudantes oriundos de escolas públicas;
- 1% a cada ano para estudantes negros oriundos de escolas públicas;

A implementação da política de cotas da UEPG

De forma concomitante com a implantação da política de cotas na UEPG, foi criada a *Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas da UEPG*. Esta Comissão apresentou até a presente data dois relatórios da avaliação da política: um referente ao ano letivo de 2007 e outro referente aos anos de 2008, 2009 e parte de 2010.

Os dados apresentados nos relatórios revelam como a política de cotas vem propiciando a elevação dos índices de ingresso de estudantes de escola pública no ensino superior da UEPG. No primeiro concurso vestibular para ingresso em 2007, sete cursos de graduação não tiveram candidatos negros e no segundo vestibular em dois cursos não houve candidatos. No entanto, nas demais edições dos vestibulares foi possível perceber que a cota para estudantes oriundos de escola pública teve uma concorrência candidato/vaga maior que as demais cotas.

Sobre a pontuação obtida pelos candidatos aprovados nos vestibulares, constatou-se ser pequena a diferença entre as médias dos candidatos das cotas para estudantes de escola pública e cota universal. Observou-se inclusive que as médias dos estudantes de escola pública aumentaram, sendo que no primeiro vestibular com a política de cotas, em três cursos a média da cota para escola pública foi maior que a média da cota universal.

Um aspecto importante a se destacar é que durante o período em que a política de cotas vem se efetivando na UEPG ocorreram mudanças e adaptações. Em 2007 e 2008, anos iniciais da política de cotas na UEPG, a constatação do candidato negro era realizada no dia da matrícula somente para os candidatos aprovados. Este procedimento desautorizava a matrícula dos candidatos aprovados, que já haviam conquistado a vaga por direito, mas que não apresentavam as características fenotípicas da etnia negra.

A partir de 2009 a constatação passou a ser realizada antes da realização do vestibular. Este pode ser um dos motivos pelo qual a procura pela cota para estudantes negros tenha diminuído nos anos de 2009 e 2010, pois muitos candidatos que não compareceram à entrevista com a banca de constatação foram automaticamente transferidos para a cota de estudantes oriundos de escola pública.

Também houve mudanças quanto à pontuação obtida para aprovação no vestibular, pois no início os candidatos com as melhores pontuações em cada cota eram aprovados. Com as mudanças foi introduzida a pontuação mínima. Em cada concurso vestibular a Comissão Permanente de Seleção – CPS publica um edital específico, após a realização do vestibular, referente à pontuação mínima de cada curso que deve ser obtida pelos candidatos na prova de conhecimentos específicos para efeitos de classificação. A pontuação mínima, ou nota de corte, é obtida através da média aritmética simples das notas obtidas pelos candidatos, em cada cota separadamente. Em função disso, a média dos candidatos aprovados nos vestibulares teve um acréscimo na cota para estudantes oriundos de escola pública, chegando, em alguns casos, a concorrência nessa cota ser maior que na cota universal.

Uma das justificativas para a recusa à reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública era de que estes estudantes não teriam condições de acompanhar o curso de graduação, no que tange aos conteúdos disciplinares, uma vez que sua bagagem estudantil não era suficiente. Este argumento foi derrubado, pois, conforme os dados apresentados no relatório, as diferenças de aprendizagem e domínio de conteúdos fazem diferença somente no momento do vestibular, pois conforme os relatórios, o desempenho dos acadêmicos que ingressaram pela política de cotas apresenta poucas diferenças com relação ao desempenho dos acadêmicos que ingressaram pela cota universal.

Política de cotas da UEPG: direito à igualdade e à diferença

Paralelamente à análise dos documentos, os sujeitos envolvidos com a implementação da política de cotas tomaram parte nesta pesquisa. Os aspectos da política de cotas da UEPG desvelados pelos sujeitos, estudantes e gestores mostram que a política de cotas para estudantes negros encontra resistência em todos os níveis e instâncias institucionais. No decorrer deste trabalho alguns estudantes negros oriundos de escola pública relatam que sofrem discriminação, inclusive vindo de professores.

Os dados mostram que 85% dos estudantes cotistas tiveram uma adaptação satisfatória no ensino superior; 85% dos estudantes são favoráveis à política de cotas, sendo que 45,5% deles são favoráveis devido à diferença da qualidade entre o ensino público e o privado; e 75% dos estudantes acreditam que a política de cotas da UEPG democratiza o acesso ao ensino superior. Os gestores, em seus depoimentos, também consideram que a política de cotas tem democratizado o acesso ao ensino superior às classes historicamente excluídas e discriminadas.

A pesquisa também permitiu encontrar dados que merecem atenção por parte dos implementadores da política, sendo 44,4% dos estudantes desconhecem ou julgam não existir ações que favorecem a permanência do estudante na instituição; 34% dos estudantes sugerem como ação que poderia favorecer a permanência no ensino superior maiores investimentos na estrutura organizacional da instituição. Os acadêmicos indicam que professores comprometidos, incentivo à pesquisa, expansão dos programas de bolsas, laboratórios bem equipados, adequação curricular, atendimento especializado ao acadêmico, promoção de eventos científicos, entre outros, são fatores que favorecem a permanência de um estudante no ensino superior;

Os dados revelam ainda que 51% dos estudantes acreditam que a política de cotas como ação isolada não promove a justiça social e/ou corrige as desigualdades sociais e étnicas. Os gestores entrevistados compartilham deste posicionamento, pois afirmam que as cotas não promovem a justiça social sozinha, sendo necessário o desenvolvimento de outras ações de ordem macro, política e social, concomitantemente.

De forma semelhante, 50,6% dos estudantes acreditam que a política de cotas sozinha não promove a igualdade entre os cidadãos. Os gestores entrevistados confirmam os discursos dos estudantes, pois para eles a política de cotas não tem o poder de promover a igualdade, mas de contribuir para que este processo ocorra;

Um dado relevante e que merece reflexão é que 49% dos estudantes cotistas teriam sido aprovados no ensino superior da UEPG sem a política de cotas. Por um lado, estes

estudantes em especial não precisariam da política de cotas para ingressar no ensino superior, por outro, é necessário averiguar porque a política de cotas da UEPG apresenta essa característica. Uma hipótese a ser considerada é a política de cotas pode estar beneficiando as elites das classes excluídas. Outra hipótese é que a qualidade do ensino público da educação básica vem aumentando gradativamente e possibilita aos estudantes maiores condições para concorrência nos exames vestibulares. No entanto, um fato apresentado pelos estudantes é que em função da elevação da nota de corte, a preparação entre os candidatos para o vestibular vem sendo cada vez maior.

As informações desveladas no processo de avaliação da política de cotas da UEPG possibilitam afirmar que de fato uma política tem ‘vida’: nasce, cresce, se desenvolve. Na análise dos dados fica evidente como a implementação da política vem ocorrendo institucionalmente. Os dados empíricos, parte fundamental desta pesquisa, mostram que na dialética do cotidiano os sujeitos envolvidos não podem ser excluídos de um processo avaliativo democrático.

Pode-se afirmar que há efetividade da política de cotas da UEPG, ainda que esta seja parcial, relativa. Mas, certamente a política de cotas tem favorecido a ampliação do acesso ao ensino superior ao longo dos seus quatro anos de implantação.

É inevitável destacar que a violência simbólica sofrida pelos estudantes ao longo dos anos de educação básica é percebida no ensino superior, e que tanto gestores quanto os próprios estudantes cotistas tentam reproduzir as desigualdades sociais na universidade.

Neste estudo de caso, que priorizou a realização de uma avaliação qualitativa, ficou demonstrado que ao mesmo tempo em que há a tentativa de reprodução das desigualdades sociais, há a tentativa da superação dessas relações desiguais. Quanto mais são acentuadas e elevadas as desigualdades, mais ocorre o movimento contrário, e a superação ganha espaço possibilitando transformações na realidade social, ainda que muito pequenas.

Estas afirmações permitiram que se descobrisse a complexidade do tema ora tratado. Uma avaliação de política pública que traz em seu bojo tantos intervenientes como a política de cotas é uma empreitada desafiadora, necessária e inacabada. Desafiadora por ser impossível realizar uma avaliação sem a intervenção de valores pessoais e sociais; necessária por se entender que a avaliação se caracteriza como uma possibilidade superação das relações desiguais pré-estabelecidas e de transformação da realidade; e inacabada, pois a avaliação nunca termina, sempre existirá o que avaliar.

A avaliação da política não teve como pretensão decidir pelo sucesso ou fracasso da política de cotas. Ao contrário, buscou investigar as potencialidades e fragilidades da política durante parte de seu período de vigência e contribuir para que as fragilidades observadas possam ser corrigidas ainda nos quatro anos restantes de sua vigência.

Espera-se que esta pesquisa sobre a avaliação da política de cotas da UEPG contribua para a melhoria das condições de ingresso e permanência de estudantes negros oriundos de escola pública e de estudantes oriundos de escola pública, para a criação de projetos institucionais que favoreçam a permanência dos estudantes no ensino superior, para o desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas sobre as políticas afirmativas e que desencadeie reflexões e discussões sobre a necessidade de se garantir a todo cidadão o direito à igualdade e o direito à diferença.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010a.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: democratização, acesso e permanência com qualidade. In: DE PAULA, M. F. C.; LAMARRA, N. F. **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideia & Letras, 2011. p. 121-152.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. Avaliação: reconfigurações e sentidos na construção de um campo. In: ESTEBAN, M. T.; JANELA, A. J. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-14.

FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. D. Avaliação de programas e políticas públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2007. p. 41-49.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-44.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

LEITE, D. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. Campinas: Papirus, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.